

AMEFRICANIZAR PARA DESPSICOLOGIZAR: ALGUNS APORTES PARA UMA CRÍTICA DA PSICOLOGIZAÇÃO DESDE O INCOLONIZÁVEL

Maria Lucia Macari¹

Resumo: A psicologização dos sujeitos e da vida não é um processo aleatório: ela cumpre uma função política e epistemológica precisa. Mais do que uma linguagem que mobiliza noções do campo da psicologia para nomear determinadas verdades, trata-se de um dispositivo que produz e legitima uma concepção estrita de subjetividade, petrificando o sujeito em posições fixas e inquestionáveis. Nesse regime, a realidade parece não existir para além de designações pretensamente certeiras, o que estreita as possibilidades de futuros-outros. Diante dessas engrenagens, o artigo propõe o pensamento amefricano, formulado por Lélia Gonzalez, como um alento para o resgate do incolonizável na constituição dos sujeitos. Ao fazê-lo, abandona-se uma noção metafísica de sujeito em favor de sua historicidade e, conseqüentemente, de sua abertura ao novo.

Palavras-Chave: Amefricanidade; Incolonizável; Psicologização; Psicologia Crítica; Despsicologização.

AMEFRICANIZING TO DE-PSYCHOLOGIZE: CONTRIBUTIONS TO A CRITIQUE OF PSYCHOLOGIZATION FROM THE IN-COLONIZABLE

Abstract: The psychologization of subjects and of life is not a random process; it fulfills a precise political and epistemological function. More than a language that mobilizes notions from the field of psychology to name certain truths, it operates as a dispositif that produces and legitimizes a strict conception of subjectivity, petrifying the subject in fixed and unquestionable positions. Within this regime, reality appears to exist only through supposedly precise designations, thereby narrowing the possibilities for other futures. In response to these mechanisms, this article proposes Amefrican thought, formulated by Lélia Gonzalez, as a means of recovering the in-colonizable dimension in the constitution of subjects. In doing so, it abandons a metaphysical notion of the subject in favor of its historicity and, consequently, its openness to the new.

Keywords: Amefricanity; In-colonizable; Psychologization; Critical Psychology; De-psychologization.

Eu sou atlântica. Agora descobri uma referência bela.
Uns foram por esse oceano
Outros vieram por ele
E eu estou aqui, fui e vim por ele
Ó paz infinita, poder fazer elos de ligação numa história fragmentada.

Portugal, Beatriz Nascimento (1983)

¹ Psicanalista. Doutora em Psicologia Social e Institucional (UFRGS) com período sanduíche no doutorado em *Estudios Psicosociales* (UMSNH), no México. Mestra em Psicanálise: Clínica e Cultura (UFRGS), graduada em Psicologia (UFSM). Diretora e membro do comitê editorial da revista *Materialismos. Cuadernos de Marxismo y Psicoanálisis* e membro do comitê editorial da revista *Teoría y Crítica de la Psicología*. E-mail: marrymlm@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9647-8188>

Introdução

A psicologização da vida não é uma novidade. Ela está tão entranhada em nosso dialeto cotidiano que sequer conseguimos distingui-la de outros discursos que compõem a nossa gramática. Entende-se por psicologização aquelas designações dos sujeitos e da vida, como um todo, que se constroem através de noções psicológicas, como por exemplo: “sujeitos desadaptados”, “ego frágil”, “falta de inteligência emocional”, “personalidades narcísicas”, dentre outros. São formas de entender e caracterizar determinadas condutas a partir de termos que são do campo da psicologia, indo mais além da própria área, mas tendo ela como respaldo para a sua justificação.

A psicologização, de um modo geral, produz e fundamenta diferentes formas de opressões e violências, sobretudo ao individualizar o sofrimento na medida em que entende o sujeito a partir de uma mirada metafísica, isto é, a subjetividade como resultado de uma interioridade abstrata e desconectada do mundo em que vive. Como se as formas de dizer, agir, atuar e sofrer fossem frutos de uma psique desencarnada, indiferente ao pulsar do corpo social. Neste caso, a psicologia como uma grande área não está imune a essas reproduções, ela também pode reafirmar essas dinâmicas, sobretudo quando isenta seu “objeto” de responsabilidade social, como se ele fosse uma entidade interna e isolada.

Sendo assim, a psicologização torna-se uma das grandes aliadas da produção e reprodução do capitalismo-colonial², na medida em que, através de justificativas pautadas num sujeito indiviso e fatal, leva adiante um projeto composto de diferentes violências desobrigadas de sua responsabilidade, na medida em que tudo pode ser tomado como “fora da história”, “natural”, fruto de incapacidades e transtornos.

Tomando essas dinâmicas como constitutivas de nossa realidade, este artigo propõe a amefricanidade – conceito cunhado por Lélia Gonzalez – como um ímpeto crítico

² Opta-se, neste trabalho, pelo uso da noção de capitalismo-colonial em lugar de “neoliberalismo”, por compreender que as dinâmicas contemporâneas de exploração, dominação e produção de subjetividades não podem ser adequadamente pensadas como uma mera etapa recente ou excepcional do capitalismo. A noção de capitalismo-colonial permite reinscrever tais processos em uma longa duração histórica, na qual a acumulação capitalista se constitui de modo indissociável da colonização, da racialização e da produção normativa dos sujeitos. O chamado “neoliberalismo” é aqui compreendido, portanto, não como fundamento, mas como uma inflexão histórico-política específica do capitalismo-colonial em sua configuração atual.

Maria Lucia Macari

que permite resgatar o incolonizável (Elgas, 2025) que compõe as nossas subjetividades ladino amefricanas para além do que foi extirpado pelos processos coloniais. Trata-se de um movimento ético que produz um olhar a mais aos discursos psicologizantes – dentro ou fora da psicologia – com o intuito de despsicologizar a nossa gramática e, conseqüentemente, as nossas subjetividades. Despsicologizar como um processo que nos guia no sentido de historicizar, desnaturalizar, desindividualizar e, ao final, recuperar a memória histórica que nos constitui como sujeitos.

Descortinando o *homo psychologicus*

Como toda ciência, a psicologia não está isenta das ideologias de seu tempo. No entanto, neste artigo, faremos um movimento contrário e tomaremos a própria psicologia como ideologia (Braunstein et al., 1982), como força material (Reich, 1933/2001) que, em sua discursividade, cria condições de possibilidade para o laço social. Neste caso, devemos começar entendendo que o discurso psicológico não é restrito ao âmbito da psicologia ou de outras áreas psis, mas ganha forma e se ramifica em diferentes âmbitos do corpo social. Ou seja, a psicologia não é apenas um espaço teórico-clínico – em suas diferentes variações – que acolhe os sujeitos em sofrimento e lhes permite a fala terapêutica. Ela é, sobretudo, parte dos jogos discursivos que (re)produzem e sustentam o capitalismo-colonial, reforçando estereótipos e opressões ao mesmo tempo em que tendem a simplificar a experiência de sujeitos. Nesse sentido, o sujeito contemporâneo parece estar sempre à beira de um abismo para o qual não pode olhar, muito menos permitir ser olhado, visto que isso pode denunciar a sua singularidade errante, a qual comumente não se encaixará em normativas sociais.

É notável como hoje, mais do que nunca, a nossa compreensão de nós mesmos, dos outros e do mundo que nos rodeia está descrita, sobretudo, em termos psicológicos (Vos, 2012). É como se a maior parte das diferentes dimensões que compõem a vida fosse ganhando contornos precisos: neurotransmissores, áreas cerebrais do comportamento, habilidades ou sensibilidades sensório-motoras, personalidades múltiplas, desregulação afetiva, dificuldades cognitivas, inteligência emocional, dentre outros. Neste sentido, a psicologização dos sujeitos e da vida, como um todo, não se restringe ao transbordamento de discursos que poluem a vida social, mas se constituem como pontos desde onde se cria a própria subjetividade e uma determinada noção de sujeito. Junto dela, a medicalização

Maria Lucia Macari

desenfreada da vida se propaga nas ondas dos intermináveis diagnósticos psiquiátricos que criam fixações de sentidos unívocos, reduzindo a complexidade da experiência humana a rótulos estritos. É como se dentro dessa dinâmica as explicações psicológicas das banalidades da vida, muitas vezes apoiadas em termos psicanalíticos, estivessem acima de qualquer outra reflexão. O sujeito, ao desviar de um certo padrão esperado, não tem o direito a um lugar no laço social que não seja pela via de uma designação certa a qual costuma não permitir derivas.

É claro que essas designações podem ter diferentes destinos. Um diagnóstico ou qualquer outro signo de um saber psicológico pode ser o ponto de “destrave” e partida para a enunciação de um sujeito, a condição de possibilidade de questionamentos, a experiência de estranhamento, o momento de desconhecimento que permite a fala. Por outro lado – e, talvez, esse seja um dos destinos mais comuns desse tipo de situação – pode ser uma espécie de cárcere subjetivo, de onde não se pode sair nem mesmo fabular qualquer alternativa. Neste caso, o sujeito fica à mercê de uma determinada dívida simbólica com o próprio laço social, o qual não admite qualquer comportamento, afeto ou discurso que passe fazendo ruído em meio à massa. A diferença como um problema social que deve ser trancafiada, controlada, nomeada pelo Outro³ que sabe sobre o um, esse Outro que não aceita brechas que possam questionar a sua condição capitalista-colonial.

O que se escuta nas ruas, nas redes sociais na internet e em diferentes espaços de socialização, é uma difusão cada vez maior de rótulos estritos e naturalizados. Apresentar-se a partir de diagnósticos, “divergências” ou “atipicidades” ganhou o estatuto de identidade (quase) inquestionável. No lugar de um sujeito com suas características pessoais – boas, ruins, estranhas, contraditórias ou tanto faz – encontra-se designações patologizantes, sobretudo a respeito daquilo que é tomado como “desajuste”, “anormalidade”, “desregulação”, dentre outros. O sujeito resumido, ao fim e ao cabo, a uma suposta “incapacidade a adaptar-se”. É como se não existisse espaço para um não saber sobre si, para que um sujeito possa navegar a sua condição de angústia sem ser taxado de “incapaz”, “transtornado” ou “desregulado”. Se uma existência é resumida a uma palavra-mestre que designa todo um destino de maneira

³ A partir do ensino de Jacques Lacan, o Grande Outro (grafado com inicial maiúscula) designa a função simbólica que organiza os discursos e normas do laço social, não se confundindo com qualquer instância individual ou empírica. Trata-se, portanto, de uma função simbólica que sustenta o sentido e a legitimidade das relações sociais, e não de um sujeito concreto.

Maria Lucia Macari

linear, que lugar resta para a mudança ou qualquer possibilidade de ser e estar para além de estereótipos de normalidade?

Não ao acaso, tudo isso constitui o quer Jan de Vos (2012) nomeou de *homo psychologicus*: o indivíduo – e aqui não utilizo a palavra sujeito⁴ ao acaso – entendido e designado inequivocamente através de discursos, vocabulários e esquemas psicológicos em campos que se supõe não pertencerem aos terrenos teóricos e práticos da psicologia. Isso resulta no que se entende por psicologização da vida que, no final das contas, não passa de uma herança das ciências modernas do iluminismo, onde a razão e a consciência seriam os principais eixos que norteariam a noção de sujeito.

Seguindo essa vertente de pensamento, David Pavón-Cuéllar (2021a) pontua que a psicologização que vemos atualmente não seria arbitrária, mas uma herança da psicologia europeia, consequência de uma “evangelização” e outras formas de “europeização” dos povos originários americanos, da imigração de europeus e da mestiçagem entre imigrantes e nativos. Desse modo, para o autor, ganharia corpo uma subjetividade psicológica “psicologicamente objetivável”, confinada em um “mundo interno”, em uma “alma” ou “entidade consciente”, isto é, completamente alienada do sujeito que a estuda e do contexto social em questão. Logo, inevitavelmente, o objeto da psicologia seria o sujeito do colonialismo.

Essa dinâmica surge, justamente, no ato de exploração imperialista: não adianta apenas colonizar as terras, a fauna e a flora, há que se colonizar os povos e, forçosamente, os corpos, as subjetividades, os desejos, os anseios e os medos. Para que os sujeitos sigam a dança do imperialismo, torna-se imprescindível instituir uma “alma” desencarnada e universalizante — uma subjetividade europeia, em última instância. Mesmo nos processos de luta e resistência, sabemos que uma parcela significativa das existências foi colonizada, o que permitiu o desenvolvimento da formação histórica atual. Isso se mostra, sobretudo, através do modelo ariano de explicação que ainda hoje direciona o olhar da produção acadêmica ocidental (Gonzalez, 2020), dando uma forma à produção e transmissão de conhecimento, sem se preocupar com o papel que o racismo, o sexismo e classicismo desempenhará no resultado desses processos.

⁴ O sujeito, para a psicanálise, é dividido, isto é, constituído pelo paradoxo de sua própria condição arbitrária. Já o indivíduo – aquele não é dividido – supõe uma totalidade da existência, uma condição que não comporta lugar para um não saber sobre si, sendo o discurso psicológico uma espécie de sutura da falta originária.

Corpo versus alma: a anedota do sujeito dono de si mesmo

A alma imposta no ato de colonização é uma espécie de ideologia metafísica, na medida em que passa a ser a coisa pensante do cogito cartesiano: *penso, logo existo*. Não pensamos-existimos com o corpo, com os rios ou com as plantas – como o fazem muitos dos povos originários⁵ do Brasil (Krenak, 2022) e da Mesoamérica (Pavón-Cuéllar, 2021b) – mas com essa abstração metafísica que parece existir por si só. Neste caso, se produz uma “mitologia da alma” (Politzer, 1927/1969) eficaz, onde a consciência e a objetividade tornam-se os elementos que compõem a verdade da vida como Razão.

Mas, como já advertia Césaire (1950/2020): não existe colonização inocente e de onde se saia ileso. A evangelização inaugurou um novo capítulo na história das Américas, com o propósito de “implantar” uma alma europeia universal nos corpos que foram desumanizados e, por isso, se constitui como um dos dispositivos mais eficazes de colonização. Ao impor um modelo de subjetividade estrito, os europeus criaram condições plausíveis para que os sujeitos estivessem – pelo menos em alguma medida – ancorados na lógica europeia em expansão.

A dinâmica dualista cristã será crucial para os processos coloniais: ao se individualizar os sujeitos – agora fechados em seus corpos e isolados de suas comunidades – o ato de colonizar torna-se muito mais fácil e justificável. Essa tendência se perpetua inevitavelmente na construção de fatalismos (Martin-Baró, 1985/2017), onde se naturaliza determinados processos históricos que estreitam as possibilidades de vida, ao mesmo tempo em que coagem à interiorização da dominação social para que as estruturas de opressão se mantenham e se fechem em um inquestionável “destino fatal”. A única saída prece ser a salvação divina da alma: aquela promessa cristã que captura, pacifica e sustenta o projeto imperialista.

Na atualidade, esse modo unívoco de compreender as subjetividades é alimentado e reproduzido por um discurso psicológico que, muitas vezes, possui como meta uma espécie

⁵ Cabe lembrar que a expressão “povos originários” é, em si, uma generalização que não dá conta da complexa trama de filosofias, políticas, estéticas e tantas outras dimensões que atravessam os processos de subjetivação desses povos. Essa forma de nomeação, até certo ponto, repete uma lógica própria da colonialidade, que tende a falar das diversas civilizações originárias/indígenas como se constituíssem um “outro” homogêneo. No entanto, o uso deste termo aqui busca, antes, deslocar essa posição colonial, ainda que, de modo contraditório, seja necessário habitá-la para produzir esse deslocamento.

Maria Lucia Macari

de assepsia social. Grande parte das intervenções terapêuticas ensinadas nas universidades –inclusive algumas leituras psicanalíticas – visam adaptar e conformar os sujeitos a determinados modos de existir, sem questionar as estruturas do mundo em que vivemos. Trata-se de uma “limpeza” simbólica de tudo aquilo considerado sujo, profano ou obscuro. Uma colonização das subjetividades que busca neutralizar as dissidências, extirpando qualquer signo de “abjeção” em nome de uma suposta segurança e de uma “humanidade” higienizada, onde devem prevalecer o “belo” e o paradigma cisheteronormativo branco (Favero, 2022).

Este ponto é crucial, visto que ele evidencia a encruzilhada onde encontram-se a psicologia como uma área acadêmica e profissional e o discurso psicológico que vai além da primeira. Olhar para esse atravessamento torna-se fundamental porque nos permite ver que, dentro daquilo que se entende como ciência, existe uma validação e, conseqüentemente, uma justificativa para a existência de discursos psicologizantes. É como se a própria psicologia como uma grande área, cheia de linhas teóricas e contradições, existisse para sustentar uma determinada noção de normalidade que, ao final, serve para docilizar os corpos e as subjetividades. Enquadrar os sujeitos a determinados modos de existir para não questionar a própria existência, as contradições econômicas e as mazelas do próprio laço social. Mesmo que as psicologizações andem independentemente, ainda assim elas ganham respaldo com a existência de uma área consolidada.

Com a psicanálise não é diferente. Embora seja uma área autônoma em relação à psicologia, não podemos simplesmente desconsiderar a condição de que se trata de um fato social (Mezan, 2019), e influenciar fortemente as formações em psicologia e, em última instância, os próprios discursos sociais. Chovem exemplos: muito fala-se de “mães narcisistas”, “famílias desadaptadas”, “regressão às fases iniciais”, “dores inconscientes”, “traumas infantis”, “ego inflado ou frágil”, “dependência emocional”, “relações tóxicas”, “padrões de repetição”, “cura coletiva”, “autoconhecimento”, dentre outros clichês formulados a partir da banalização de noções teóricas psicanalíticas. Elas ganham notoriedade e se disseminam justamente por estarem ancoradas em áreas consolidadas no meio acadêmico e científico.

Não resta dúvidas de que foi a própria colonização europeia do mundo, entre os séculos XVI e XX, que abriu espaço para a psicanálise fora da Europa, de modo que as sociedades vienense, austríaca e europeia, de modo geral, foram profundamente atravessadas

Maria Lucia Macari

pelos efeitos econômicos, sociais e culturais dos impérios e de suas colônias latino-americanas (Pavón-Cuéllar, 2024). A exploração de riquezas e de mão de obra escravizada nas Américas resultou em uma enorme acumulação de capital no Velho Mundo, modernizando sociedades tradicionais e impondo uma cultura burguesa. Nesse caldo histórico, surgiram os elementos com os quais a psicanálise ainda hoje se ocupa: a racionalidade científica, o sujeito da ciência, a obsessão pela individualidade e pela interioridade, os valores liberais e seculares, a moral repressiva e, por fim, as neuroses (Pavón-Cuéllar, 2024).

A colonização do mundo autorizou a Europa à certeza de conhecer algo da humanidade em geral a partir do conhecimento de um modelo humano colonialmente generalizado, exportado e globalizado, condição indispensável para tanto para a expansão da herança freudiana nas Américas quanto para a imposição de um modelo único de subjetividade (Pavón-Cuéllar, 2024). No lugar dos saberes ancestrais dos povos originários, a América Latina passou a ter como recursos oficiais para pensar a subjetividade a psicanálise e a psicologia, em suas múltiplas vertentes. Assim, as áreas psis inscrevem-se na própria matriz da colonialidade e do capitalismo que fundaram a era moderna. Embora questionem muitos dos princípios que sustentam o sistema capitalista e os dispositivos da sexualidade, frequentemente se eximem de analisar a colonialidade que habita seu próprio aparato clínico e teórico.

O exemplo mais concreto e naturalizado das consequências dessas relações históricas, é o controverso e polêmico termo “saúde mental”. Este, embalado pelo discurso capitalista-colonial, converte-se no sentido último da existência, sobretudo quando se alinha aos protocolos que definem o que é normal e o que é patológico. Nessa dança sorrateira, acaba se convertendo a maior parte da população em indivíduos transtornados – “sem saúde mental”, no fim das contas –, possuidores de estereótipos certos que podem ser controláveis e, em última instância, docilizados pelas terapias psicológicas e pela indústria farmacêutica. Não por acaso, uma das frases mais emblemáticas de nosso tempo revele essa lógica: *você está em dia com a sua saúde mental?* Nessa engrenagem, as psicoterapias e a psiquiatria tornam-se espaços de pagamento de uma dívida simbólica, onde a promessa de uma “cura” vem acompanhada de uma exigência silenciosa de adaptação e conformação.

Nessa dinâmica de psicologização, é comum que os sujeitos sejam individualizados e confinados a um suposto interior subjetivo, quando os problemas sociais e

Maria Lucia Macari

econômicos são dissociados da política, tendo como consequência uma despolitização da vida (Pavón-Cuéllar, 2019). Qualquer comportamento que desvie ou até mesmo questione a “norma” esperada, será tratado como pura consequência de um sujeito “desadaptado” ao mundo, como um eco de sua subjetividade mutilada de um corpo atuante. Nessa trama, um sujeito em situação de extrema vulnerabilidade social que roube para alimentar os filhos, pode ser tratado como um “desviante”, um “perverso”, um “sociopata”, pelo simples fato de roubar em um momento de desespero. Um sujeito que sofre diferentes atos de racismo em seu cotidiano pode ser taxado de “deprimido”, “ansioso”, “sem inteligência emocional”, sem ter as causas de seu mal-estar escutadas, consideradas, validadas e, sobretudo, combatidas.

Quando se recusam a ignorar o sistema e a lógica da psicologização, as áreas psis se alinham ao enfrentamento dos problemas sociais. Escutar o sujeito em sua errância – em seus tropeços, contradições e antagonismos – é também agir politicamente. É reconhecer que não há neutralidade possível e que a indiferença, como bem nos lembra Gramsci (1917/2020), opera como força histórica. Não podemos naturalizar a indiferença em relação ao que é estranho aos nossos ouvidos. No campo psicanalítico, como aponta Ayouch (2021), persiste uma resistência conservadora em certos discursos que enxergam as transformações sociais como “ataques à lei simbólica”. Essa postura é problemática, pois autoriza que alguns analistas se autoproclamem guardiões de uma moral normativa, legitimando leituras que tentam enquadrar as subjetividades e os modos de existência dentro de um ideal fechado, rígido e excludente.

Esse tipo de discurso e seus efeitos clínico-políticos não apenas reproduzem uma lógica adaptativa de dominação patriarcal, mas também perpetuam violências de gênero, raça e classe social, ao prescrever modalidades supostamente corretas de subjetivação. Tudo aquilo que escapa a uma lógica supostamente universal de funcionamento e performatividade precisa ser moldado ou corrigido em nome da “cultura e da civilização”. Esse fenômeno, comum nas redes sociais, em clínicas privadas e até mesmo em serviços públicos de saúde, parece esquecer a vocação primeira da psicanálise: sua radicalidade antinormativa (Assuar, 2022). Se quisermos fazer um uso político da mesma, sem cair em heroificações ou ilusões salvacionistas, precisamos resgatar o seu maior legado: os efeitos das palavras. O que as palavras podem dizer para além daquilo que somos capazes de escutar? O que somos capazes de escutar, para além daquilo que nos aliena ao discurso que legitima a nossa existência?

Derivas amefricanas para resgatar o incolonizável

Se tratando do uso político dos ditos e não ditos em uma sociedade, ninguém melhor do que Lélia Gonzalez para nos acompanhar neste percurso. Fazendo um jogo de palavras, Lélia cunhou o termo “amefricanidade” para se referir a determinadas especificidades culturais de nosso continente apagadas dos discursos canônicos ou simplesmente denegadas. Ao trocar o T pelo D, Lélia propôs o neologismo conceitual “América Ladina” como um ato político de assunção de nossa condição política e cultural para além das designações coloniais. Com um simples jogo de palavras, Lélia permite a reinscrição da presença africana e indígena como constitutiva das subjetividades da América Ladina, resgatando o inconsciente denegado que deu lugar a suposição de uma universalidade branca europeia.

A denegação [*Verneinung*], neste caso, não é um apagamento total desse inconsciente, mas uma espécie de defesa contra pensamentos ou afetos que denunciam a emergência do desejo de nossa ladino-amefricanidade, resultando na “neurose cultural brasileira”, cujo sintoma mais proeminente é o “racismo à brasileira” ou “racismo por denegação”. Este, inevitavelmente, se volta contra todos aqueles que são o testemunho vivo da existência desse desejo, como as pessoas negras, ao mesmo tempo em que afirma não fazê-lo, como o caso do famigerado mito da “democracia racial” (Gonzalez, 2020).

Lélia demonstra como reproduzimos, muitas vezes inconscientemente, uma posição imperialista que supõe os Estados Unidos como “a América”, desconsiderando outros países americanos e o Caribe – onde iniciou a história desta América. Uma linguagem racista e segregadora que produz uma realidade social muito específica. É nesse sentido que Pavón-Cuéllar e Guzmán (2017) afirmam que a monopolização estadunidense do nome do continente parece obedecer a um impulso expansionista de apropriação e imposição de valores universais. Com isso, pensar as Américas pressupõe uma América identificada com os Estados Unidos, como se este – a conclamada “Nação Americana” – fosse a essência das nações do continente.

Em contraposição a isso, a amefricanidade é uma categoria de resistência que incorpora os processos culturais afrocentrados de criação de novas e diferentes formas, como a Jamaica e o akan e o Brasil e seus modelos iorubá, banto e ewe-fon. Isso nos permite

Maria Lucia Macari

ultrapassar visões idealizadas, imaginárias ou mitificadas da África ou da América pré-colonial, olhando para a materialidade do nosso continente em suas particularidades históricas e culturais, indo muito além de um mero “giro decolonial”, mas reconhecendo a nossa realidade social para além de designações coloniais.

Essa unidade específica que resgatamos com a amefricanidade não é ao azar, mas diz de um certo fio condutor que nos une como um todo através de marcas de diferença no soar das línguas. Lélia não percebeu isso ao acaso, mas ao escutar o interessante e múltiplo farfalhar dos “falares” – como ela mesma diz – em diferentes manifestações culturais de países do continente americano. Ao perceber uma semelhança com o “pretuguês” – nomeação que dá à marca de africanização do português brasileiro, facilmente constatável no tom e no ritmo de nosso idioma – ela percebe essa influência em outros contextos, como no espanhol da região caribenha. A ausência de determinadas consoantes, como o L ou o R, assim como o caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, são parte da formação histórico-cultural do continente, compondo cosmovisões, músicas, danças e todo um mundo de coisas criado a partir dessas gramáticas e sonoridades.

Essa presença do que não foi colonizado é parte do que Édouard Glissant (1990/2021) nomeou de crioulização: o encontro inevitável de mundos que acontecem no ato de colonização estabelecendo o que ele chamou de Relação. Esta, por sua vez, não se define através da imposição e da subjugação de uma cultura pela outra, mas de encontros intempestivos e aleatórios onde a opacidade das origens não é apagada, mantendo algo de não colonizado quando se cria algo novo no encontro. Uma parcela que resiste e persiste através da reinvenção de sua própria sobrevivência.

Tudo isso que, até aqui, chamamos de não colonizado, se aproxima do que Elgas (2025) afirma ser o incolonizável dos povos. Esse autor propõe esse termo justamente como uma forma de recusa à simplificação das lutas dos povos às categorias criadas pelo pensamento decolonial e, conseqüentemente, pela colonização e suas reações. Elgas (2025) parte do princípio de que sempre haverá um núcleo inviolável de resistência, o que nos permite pensar a história fora da experiência colonial como totalidade. Neste caso, tanto Lélia como Glissant e Elgas apostam que em toda colonização sempre existirá uma “incolonização”, uma parcela que não afirma o sucesso dos processos coloniais, uma cota que resiste a qualquer ato de imposição. Sob o vértice de diferentes perspectivas, os três autores

Maria Lucia Macari

afirmam a sobrevivência material de singularidades e diferenças mesmo em meio a processos violentos de apagamento.

Esses movimentos constituem um ato ético de reconhecimento da não passividade das sociedades que passaram por processos coloniais, visto que elas continuam escrevendo sua própria história fora de uma ordem colonial estrita. Ao perceber isso, passamos a olhar para os processos de criação desses povos sem essencializá-los, fugindo de uma lógica que converte o horizonte histórico a uma espécie de “retorno à casa”, a certos valores tradicionais e ancestrais que estariam supostamente estagnados. Essa tendência, claramente presente em algumas vertentes decoloniais, apenas reifica a colonização ao endossar a dualidade entre tradição e modernidade, subtraindo a coconstrução da modernidade (Elgas, 2025).

O nosso futuro amefricano não se restringe à condição de ruptura com o sistema colonial, correndo o risco de nos aprisionarmos numa certa paixão triste alimentada por rancores e ressentimentos (Elgas, 2025). Trata-se, antes de mais nada, de um exercício de criação que não se resuma à reação aos movimentos coloniais da história. Neste caso, o resgate da América Ladina é, também, um resgate daquilo que resiste e persiste em nós mesmos como ecos que sobrevivem aos tumultuados processos históricos em suas complexidades, vertigens, explosões e derivas.

Amefricanizar para despsicologizar

Pensar sobre saídas, alternativas e problematizações às psicologizações cotidianas requer alguns passos atrás. Se o dialeto da psicologia é entendido como uma espécie de ideologia contemporânea, sendo uma construção que se deu desde a modernidade europeia, precisamos olhar para isso que resiste à suas nomenclaturas. Isto é, olhar para aquela parcela não capturada pela colonização e tentar compreender, mesmo que parcialmente, como esses processos resistem e desenvolvem uma história própria que não se resume ao aos jargões psicológicos ou psicanalíticos de captura das subjetividades.

Não ao acaso, a ideia de despsicologizar surja do encontro com a noção de “desideologização” cunhada por Martin-Baró (1985/2017). Não se trata de uma suposição ingênua de que poderíamos “sair da ideologia” ou “retirar a ideologia” que sustenta a realidade. Mas de construir processos críticos que nos permitam vislumbrar alguns estratagemas das ideologias dominantes que naturalizam determinadas opressões através de

Maria Lucia Macari

discursos psicologizantes. Ao mesmo tempo, perceber como estas individualizam problemas sociais ocultando relações históricas de diferentes opressões e outras formas de violência, de modo a produzir subjetividades adaptadas a elas.

Ao amefricanizar nossos processos de crítica à psicologização, resgatamos uma materialidade importante da vida: o incolonizável que segue vivo e se reinventando nas curvas da história. Essa dimensão, que podemos facilmente perceber na língua – em como dizemos, reagimos, atuamos, fabulamos – faz cair por terra uma noção abstrata e universalizante de sujeito. Ao escutar os restos e rastros do que não se dissolve nas imposições capitalistas-coloniais podemos fazer um exercício contra a psicologização das subjetividades e, é claro, da própria psicologia como uma grande área.

Despsicologizar como um exercício ético, dentro ou fora da psicologia, nos permite fazer quatro movimentos fundamentais: 1) Historicizar: escutar o sofrimento psíquico e reinscrevê-lo a partir de processos históricos concretos, levando em consideração relações de classe, gênero, raça, dentre outras. Entender que o mal-estar não é uma noção metafísica ou “natural”, mas consequência de um determinado tempo histórico. 2) Desnaturalizar: questionar tudo aquilo que aparece como “normal”, “inevitável”, “técnico”, “psicológico”, “adaptativo”, “transtornado” e afins. Como exemplo, podemos pensar em casos clássicos: “fracasso escolar”, “desajuste a um grupo”, “apatia”, “manifestações de violência”, dentre outros. 3) Desindividualizar: problematizar leituras centradas em sujeitos isolados, em déficit pessoal, em adaptação ou regulação de comportamentos ou discursos que fogem à ordem vigente. Ainda que vivido singularmente por um sujeito, o sofrimento é socialmente produzido. 4) Recuperar a memória popular: a verdade do sujeito não pode ser resumida a modelos científicos consagrados através das elites intelectuais, mas na experiência que advém, sobretudo, de vicências históricas.

Se desideologizar, para Martin-Baró (1985/2017), é escutar e não falar pelos outros, despsicologizar, dentro ou fora da psicologia, é hesitar, suspender as certezas para que um sujeito possa advir e elaborar o seu mundo a partir daquelas palavras que lhe servem como âncoras simbólicas e que não estão restritas ao arcabouço comum normatizado. Trata-se, no final das contas, de um posicionamento ético e político, onde tomamos partido em prol do sujeito que expressa as suas próprias formas de desformas sobre a realidade que está mais além de um reflexo especular. É tomar consciência dos processos ideológicos que, através de discurso míticos, produzem uma estrutura de desconhecimento aprisionando o

Maria Lucia Macari

sujeito a uma imagem alienada na qual não se reconhece, e assumir, ao final, um discurso sobre si mesmo (Souza, 1983/2021).

O pensamento amefricano cunhado por Lélia Gonzalez não é uma categoria fechada, mas uma formulação político-epistêmica que nomeia uma perspectiva crítica produzida a partir de experiências históricas, culturais e subjetivas dos povos da América Latina e do Caribe, em diálogo com a diáspora africana. Ele nos permite olhar para nossas teorias psicológicas e discursos sociais psicologizantes com uma lente que permite romper com as concepções eurocêntricas de sujeito, afirmando a experiência negra, indígena e popular. Ao articular raça, classe, gênero e colonialidade de maneira estrutural, reconhece as Américas como um espaço histórico de continuidade da África forçada ao exílio. Neste caso, a América não é apenas uma localização geográfica, mas uma dimensão simbólica que carrega todo o peso histórico, cultural, linguístico e político denegado pelo racismo estrutural dos processos imperialistas.

Ao colocarmos para jogo o exercício de despsicologização, tendo como ímpeto o pensamento amefricano, podemos fazer alguns movimentos de denúncia daqueles discursos que universalizam o sujeito branco europeu e marginalizam qualquer experiência de sujeito que rompa com essa norma eurocêntrica. Nessa mesma medida, podemos entender o racismo não como uma “opinião pessoal” ou “desvio de caráter”, mas como uma dimensão estruturante da formação social das Américas, que se manifesta não apenas através de discursos explícitos, mas na organização social do trabalho, do gênero, da linguagem, da política e das subjetividades.

Considerações finais

Hoje, mais do que nunca, a nossa compreensão de nós mesmos, dos outros e do mundo que nos rodeia estaria descrita, sobretudo, em termos psicológicos (Vos, 2012). Isso porque, a psicologização dos sujeitos e da vida não se restringe ao consultório privado ou a outros espaços de escuta, mas a todos os âmbitos de nossas vidas privada e social: empresas, publicidade, cultura, política, saúde, internet, entretenimento, dentre outros. Junto dele, a medicalização desenfreada se propaga nas ondas dos intermináveis diagnósticos que criam fixações de sentidos unívocos, reduzindo a realidade dos sujeitos a termos que produzem uma

Maria Lucia Macari

espécie de gozo de sentido. Em outros momentos, em seres de puro organismo biológico que respondem a estímulos externos.

É como se dentro dessa dinâmica, as explicações psicológicas estivessem acima de qualquer outra reflexão, como por exemplo, em perfis psicológicos de atiradores em escolas ou de políticos, em explicações uniformes sobre situações de violência, sobre quem não se enquadra a normativas estritas, dentre tantos outros. Neste caso, a psicologização da vida torna-se uma espécie de colonização das subjetividades, amparada pela própria psicologia como uma grande área, baseada em um positivismo desumanizante que reduz os efeitos de sujeitos a causalidades mecânicas e simplistas. O psiquismo – campo sobre o qual a psicologia se debruça – é tomado como uma entidade isolada de um corpo, reduzindo-se a um tipo de atomismo psicológico que mutila o sujeito.

Este, por sua vez, tem a sua complexidade errante simplificada e reduzida a uma materialidade artificial, como a “atenção”, a “memória”, os “estímulos”, as “respostas”, os “reflexos”, as “reações”, etc. Em outros termos, as instâncias que supostamente podem ser observadas, medidas, calculadas, previstas e diagnosticadas, em uma determinada concretização das abstrações criadas para serem, em última instância, categorizadas. O sujeito reduzido a um ser que não comporta o antagonismo, circunscrito a métricas, simetrias, concordâncias e consentimentos.

No entanto, este artigo propõe uma virada: o pensamento amefricano como um respaldo crítico para olharmos a esses discursos em seus efeitos, de modo a resgatar o incolonizável que resiste, persiste e se reinventa nas curvas da história. Trata-se de um movimento ético de resgate da dimensão material da vida que possibilita pensar os sujeitos fora de uma noção metafísica isolada, como se todas as contradições da vida fossem fruto de uma interioridade desencarnada. Toda a construção cultural do continente marcada fortemente pela presença negra cinicamente denegada foi – e continua sendo – o impulso de nossa dita realidade social. Tanto a sua presença quanto a sua ausência por denegação, fazem parte da ideologia do branqueamento, comumente veiculada pelos meios de comunicação em massa que afirmam os valores do Ocidente branco como únicos e verdadeiros (Gonzalez, 2020).

Logo, a crítica assume um papel crucial neste percurso: ela se torna um efeito clínico-político da escuta do sofrimento social, capaz de evidenciar os liames entre formas de pensamento, performances e modos de existência com as estruturas materiais da vida – aquelas que atravessam gênero, raça, classe social, entre tantas outras dimensões. Neste caso,

Maria Lucia Macari

a crítica abre espaço para um reposicionamento diante de leituras estagnadas que, em vez de oferecerem uma escuta ao sujeito em seus paradoxos, o aprisionam em determinismos psicologizantes, fechando possibilidades de devires-outros. Essa escuta – que nada escuta por supor saber demais – apenas endossa e legitima, muitas vezes, as violências e opressões que estruturam o cotidiano.

Trata-se de um exercício de tentativas e erros: pensar fora da gramática imposta e naturalizada em nossas relações cotidianas, contornar os estereótipos que reproduzimos de maneira automatizada. O pensamento amefricano, tomado como uma vertente crítica, nos conduz a problematizar a nossa própria condição no mundo e, sobretudo, as ficções que sustentam o nosso laço social.

Referências

ASSUAR, Gisele. Psicanálise, sexualidade e gênero: atravessamentos sociopolíticos na constituição do sujeito. *Boletim Formação em Psicanálise*, v. 21, n. 30, p. 21–34, 2022.

AYOUCH, Thamy. *Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade e subjetivações*. Campo Magro: Calligraphie Editora, 2021.

BRAUNSTEIN, Néstor; PASTERNAK, Marcelo; BENEDITO, Germán; SAAL, Frida. *Psicología, ideología y ciencia*. 8. ed. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 1982.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Tradução de Cláudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020. Publicado originalmente em 1950.

ELGAS. *Os bons ressentimentos: ensaio sobre o mal-estar pós-colonial*. São Paulo: Sob Influência, 2025.

FAVERO, Sofia. *Psicologia suja*. São Paulo: Devires, 2022.

GLISSANT, Édouard. *Poética da relação*. Tradução de M. Vieira e E. J. de Oliveira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. Publicado originalmente em 1990.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAMSCI, Antonio. *Odeio os indiferentes: escritos de 1917*. Tradução de D. Mussi e A. Bianchi. São Paulo: Boitempo, 2020. Publicado originalmente em 1917.

KRENAK, Ailton. *Por um futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. A desideologização como contribuição da Psicologia Social para o desenvolvimento da democracia na América Latina. In: MARTÍN-BARÓ, Ignacio. *Crítica e libertação na psicologia*. Tradução de F. Lacerda Júnior. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 55–65. Publicado originalmente em 1985.

MEZAN, Renato. *O tronco e os ramos: estudos de história da psicanálise*. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2019.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Portugal. In: RATTTS, Alex (org.). *O negro visto por ele mesmo*. São Paulo: Ubu Editora, 2022. p. 203–204. Publicado originalmente em 1983.

PAVÓN-CUÉLLAR, David. *Psicología crítica: definición, antecedentes, historia y actualidad*. Ciudad de México: Ítaca, 2019.

PAVÓN-CUÉLLAR, David. Hacia una descolonización de la psicología latinoamericana: condición poscolonial, giro decolonial y lucha anticolonial. *Cadernos PROLAM/USP – Brazilian Journal of Latin American Studies*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 95–127, jan./jun. 2021a.

PAVÓN-CUÉLLAR, David. *Más allá de la psicología indígena: concepciones mesoamericanas de la subjetividad*. Ciudad de México: Ítaca, 2021b.

PAVÓN-CUÉLLAR, David. *Psicoanálisis y colonialidad: hacia una inflexión anticolonial de la herencia freudiana*. Ciudad de México: Fontamara, 2024.

PAVÓN-CUÉLLAR, David; GUZMÁN OROZCO, Manuel. Más allá de la psicología del mestizaje: capitalismo, colonización y singularidad latinoamericana. In: PAVÓN-CUÉLLAR, David (org.). *Capitalismo y psicología crítica en Latinoamérica: del sometimiento neocolonial a la emancipación de subjetividades emergentes*. Ciudad de México: Kanankil, 2017. p. 123–146.

POLITZER, Georges. *Crítica de los fundamentos de la psicología y del psicoanálisis*. Barcelona: Roca, 1968. Publicado originalmente em 1927.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. Tradução de M. da G. M. Macedo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Publicado originalmente em 1933.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. Publicado originalmente em 1983.

VOS, Jan de. *Psychologisation in times of globalization*. New York: Routledge, 2012.